

Revista Brasileira de Ciências Agrárias

ISSN 3085-8275

vol. 1, n. 2, 2025

... ARTIGO 2

Data de Aceite: 15/12/2025

DESMATAMENTO E IMPACTOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL

Gizelly Pathricia Ferreira Paiva Campos

Mestrando(a) pela Faculdade de Ciências Sociais Interamericana - FICS.

Maria Barbara da Costa Cardoso



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Resumo: O desmatamento é uma das mais graves ameaças ambientais da atualidade, afetando diretamente a biodiversidade, o equilíbrio climático e os modos de vida de populações tradicionais. No Brasil, essa prática está fortemente associada ao avanço do agronegócio, à exploração ilegal de madeira e à ocupação desordenada do solo. Este artigo tem como objetivo analisar as causas e consequências do desmatamento no país, com ênfase na região amazônica, e discutir as políticas públicas e estratégias de enfrentamento. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica de caráter qualitativo. Conclui-se que a redução do desmatamento depende de ações integradas entre governo, sociedade civil e setor produtivo, além de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desmatamento. Meio Ambiente. Amazônia. Sustentabilidade. Políticas públicas.

Considerações Iniciais

O desmatamento é uma das mais graves ameaças ambientais da atualidade, afetando diretamente a biodiversidade, o equilíbrio climático e os modos de vida de populações tradicionais. No Brasil, essa prática está fortemente associada ao avanço do agronegócio, à exploração ilegal de madeira e à ocupação desordenada do solo. Este artigo tem como objetivo analisar as causas e consequências do desmatamento no país, com ênfase na região amazônica, e discutir as políticas públicas e estratégias de enfrentamento.

O desmatamento é uma prática antiga que tem se intensificado nas últimas décadas em função das pressões econômicas, da urbanização e do crescimento do agro-

negócio. No Brasil, esse fenômeno ganhou destaque internacional principalmente por causa da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, cuja destruição impacta diretamente o clima global, a biodiversidade e os direitos dos povos originários.

A complexidade do desmatamento envolve questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Trata-se de um problema multifacetado que exige uma abordagem intersetorial e integrada. O presente artigo propõe uma análise do desmatamento no Brasil a partir de seis eixos: definição e conceito, causas principais, consequências, foco na Amazônia, políticas públicas e propostas sustentáveis.

A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica e análise documental de fontes confiáveis, como dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), relatórios de ONGs ambientais e literatura acadêmica. O objetivo é contribuir para o debate sobre a preservação ambiental e a construção de soluções eficazes para conter o avanço do desmatamento.

A intensificação do desmatamento, especialmente nos últimos anos, está fortemente associada ao enfraquecimento de políticas de controle e à flexibilização da legislação ambiental. Conforme destaca Silva e Lima (2020), “a fragilidade institucional e a convivência com práticas ilegais de uso da terra favorecem a degradação sistemática dos biomas brasileiros”. Isso demonstra que o problema vai além da esfera ambiental, revelando um contexto de permissividade e impunidade.

Além disso, é importante reconhecer que o desmatamento não ocorre de forma homogênea em todo o território nacional. Regiões como o Cerrado e a Mata Atlântica

também sofrem com a supressão de vegetação, embora o foco midiático e político esteja majoritariamente voltado à Amazônia. De acordo com o IBGE (2022), “a perda de cobertura vegetal no Cerrado compromete a segurança hídrica e a estabilidade climática do centro-oeste brasileiro”.

O fenômeno do desmatamento não pode ser analisado de maneira isolada, pois está inserido em um contexto mais amplo de desigualdade socioeconômica, ausência de planejamento territorial e fragilidade institucional. No Brasil, historicamente, o uso da terra tem sido guiado por uma lógica de ocupação baseada na exploração intensiva dos recursos naturais, muitas vezes em detrimento da conservação ambiental e dos direitos das populações tradicionais. Como afirmam Silva e Lima (2020), “a expansão econômica, especialmente nas últimas décadas, desconsiderou os limites ecológicos, contribuindo para a destruição de ecossistemas inteiros”.

Nesse cenário, o desmatamento não apenas compromete a biodiversidade e os ciclos naturais, como também acirra conflitos fundiários, expulsa comunidades indígenas e ribeirinhas de seus territórios e afeta diretamente a qualidade de vida de milhões de pessoas. De acordo com o IBGE (2022), o desmatamento está entre os principais vetores de degradação ambiental no país, com impactos visíveis na elevação das temperaturas locais, na escassez hídrica e na frequência de eventos climáticos extremos. A derrubada da vegetação nativa afeta o regime de chuvas, compromete a fertilidade do solo e contribui significativamente para o aquecimento global.

A importância deste artigo reside, portanto, em promover uma reflexão crítica sobre as causas e consequências do desmata-

mento no Brasil, identificando os principais entraves à sua contenção e destacando estratégias eficazes para a preservação ambiental. A análise proposta permite compreender que a luta contra o desmatamento não é apenas uma questão ecológica, mas também ética e social, já que envolve a proteção de modos de vida, de culturas ancestrais e de direitos fundamentais. Como destaca Pacheco (2021), “a governança ambiental precisa reconhecer os atores locais como protagonistas e não apenas como obstáculos ao progresso”.

A abordagem adotada neste estudo busca evidenciar que a problemática do desmatamento exige uma atuação multiescalar e participativa. As políticas públicas devem estar aliadas à ciência, à educação ambiental e à mobilização social. Segundo o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPC-DAm (MMA, 2023), o enfrentamento do desmatamento requer ações coordenadas entre governo federal, estados, municípios, sociedade civil e setor produtivo. No entanto, a implementação dessas medidas ainda esbarra na descontinuidade política, na pressão de grupos econômicos e na escassez de recursos para fiscalização.

Ademais, o artigo busca destacar a Amazônia como espaço simbólico e estratégico para o desenvolvimento sustentável do país. A floresta amazônica desempenha funções ecológicas globais, como a regulação climática, o armazenamento de carbono e a conservação da biodiversidade. Segundo dados do INPE (2023), entre 2000 e 2023, o desmatamento da Amazônia brasileira já eliminou mais de 400 mil km² de cobertura florestal. Esses números alarmantes colocam o Brasil no centro das discussões internacionais sobre mudanças climáticas e conserva-

ção ambiental. Portanto, estudar o desmatamento é também compreender o papel do Brasil no cenário geopolítico e ambiental contemporâneo.

Ao delimitar o escopo do debate e propor caminhos viáveis para a reversão do atual quadro de degradação, este artigo pretende contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente equilibrada. Com base em dados atualizados, documentos oficiais e análises acadêmicas, o trabalho enfatiza a urgência de medidas integradas e de longo prazo. Afinal, como ressaltam Silva e Lima (2020), “a proteção das florestas deve ser vista como parte de uma política de Estado, e não apenas como pauta circunstancial”.

O QUE É DESMATAMENTO?

Desmatamento é o processo de retirada total ou parcial da cobertura vegetal de uma determinada área, geralmente com o objetivo de uso alternativo do solo, como agricultura, pecuária ou expansão urbana. Trata-se de uma das ações humanas mais antigas e, ao mesmo tempo, mais prejudiciais ao equilíbrio dos ecossistemas.

Segundo o IBGE (2022), o Brasil perdeu cerca de 15% de sua vegetação nativa nas últimas décadas. O problema se intensifica pela falta de planejamento e pelo avanço de atividades econômicas predatórias, principalmente em regiões de alta biodiversidade, como a Amazônia Legal e o Cerrado.

O desmatamento não ocorre de forma homogênea em todo o território nacional, sendo mais intenso em áreas onde predominam grandes projetos de exploração econômica. Como apontam Silva e Lima (2020), “as regiões mais afetadas são justamente

aquelas que apresentam maior riqueza natural, o que as torna alvo de interesses econômicos diversos”. Isso reforça a ideia de que o desmatamento está associado a uma lógica extrativista que ignora os limites ambientais e sociais dos ecossistemas brasileiros. Além disso, a perda de vegetação compromete funções ecológicas fundamentais, como a manutenção da umidade do ar, a proteção da biodiversidade e o equilíbrio climático regional.

CAUSAS DO DESMATAMENTO NO BRASIL

As causas do desmatamento são múltiplas e interligadas. Entre os principais fatores, destacam-se:

Expansão agropecuária: A principal responsável pelo desmatamento no Brasil, especialmente para o cultivo de soja e criação de gado.

Exploração madeireira ilegal: A extração de madeira de forma clandestina é prática comum, sobretudo na Amazônia.

Mineração: Atividades garimpeiras, legais e ilegais, degradam vastas áreas e poluem rios.

Infraestrutura: Construção de estradas, hidrelétricas e centros urbanos contribui para a fragmentação dos biomas.

Grilagem de terras: A apropriação ilegal de terras públicas, geralmente com falsificação de documentos, estimula o desmatamento como forma de “comprovar posse”.

De acordo com o MapBiomas (2023), cerca de 95% do desmatamento registrado no Brasil é ilegal, ou seja, ocorre sem autorização dos órgãos ambientais.

Outro fator relevante é a fragilidade dos sistemas de fiscalização ambiental. De

acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2023), o desmonte de estruturas de controle e a redução do orçamento para fiscalização dificultam o combate às práticas ilegais. A impunidade acaba por encorajar a repetição de infrações ambientais. Pacheco (2021) afirma que “a ausência do Estado nas regiões mais críticas permite a consolidação de economias ilegais que se beneficiam da degradação ambiental”. Tal contexto evidencia a necessidade de políticas públicas integradas, com monitoramento eficaz, responsabilização dos infratores e atuação preventiva.

CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS E SOCIAIS

O desmatamento provoca impactos ambientais significativos, como:

Perda de biodiversidade: Espécies da fauna e flora são extintas ou têm seus habitats comprometidos.

Desequilíbrio climático: A redução da cobertura vegetal altera o regime de chuvas, aumenta a temperatura e contribui para o aquecimento global.

Degradação do solo: O desmatamento expõe o solo à erosão e reduz sua fertilidade.

Poluição das águas: A destruição da vegetação ciliar compromete rios e nascentes.

No aspecto social, o desmatamento afeta diretamente povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, que perdem suas terras e modos de vida. Além disso, aumenta os conflitos no campo e contribui para o êxodo rural.

A dimensão humana do desmatamento também merece atenção, especialmente pelos impactos sobre os direitos dos povos tradicionais. Como destaca o Ministério do

Meio Ambiente (MMA, 2023), as comunidades indígenas e ribeirinhas são historicamente as maiores protetoras da floresta, mas também as mais vulneráveis aos avanços da fronteira agrícola e à violência fundiária. O desmatamento, portanto, não é apenas uma questão ecológica, mas também uma violação dos direitos humanos. A degradação ambiental está frequentemente acompanhada da expulsão forçada de famílias, destruição cultural e perda de autonomia territorial.

Além disso, a economia verde e o conceito de desenvolvimento sustentável têm sido discutidos como alternativas viáveis. De acordo com Pacheco (2021), “investimentos em cadeias produtivas sustentáveis, como o extrativismo vegetal e o turismo ecológico, representam caminhos reais para conciliar conservação ambiental e geração de renda”. No entanto, para que essas soluções se tornem efetivas, é imprescindível o envolvimento do Estado na promoção de incentivos financeiros, assistência técnica e regularização fundiária.

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

A Amazônia brasileira é a região mais afetada pelo desmatamento no país. Segundo dados do INPE (2023), entre agosto de 2022 e julho de 2023, foram desmatados aproximadamente 9.000 km², o que equivale a mais de 1.200.000 campos de futebol.

A floresta amazônica é essencial para o equilíbrio climático global, pois funciona como um gigantesco reservatório de carbono e influenciadora do ciclo das chuvas em toda a América do Sul.

Os principais vetores do desmatamento amazônico são: abertura de pastagens, grilagem de terras, mineração ilegal e corte seletivo de madeira. Organizações crimi-

nosas se aproveitam da falta de fiscalização para lucrar com a exploração dos recursos naturais.

Na Amazônia, o desmatamento apresenta uma dinâmica complexa que combina fatores econômicos, políticos e sociais. O avanço da fronteira agrícola, impulsionado por interesses do agronegócio e pela especulação fundiária, tem provocado a substituição de florestas por áreas de monocultura e pastagens. Segundo o INPE (2023), a região amazônica responde por mais de 60% de todo o desmatamento no país. A concentração fundiária também colabora com o problema, já que grandes proprietários controlam vastas extensões de terra, muitas vezes obtidas por meios ilegais. Como observa Silva e Lima (2020), “a ausência de uma reforma agrária efetiva contribui para o uso predatório do solo”.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO DESMATAMENTO

Desde a década de 1990, o Brasil tem adotado políticas para conter o desmatamento, como:

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): Criado em 2004, obteve bons resultados na redução das taxas de desmatamento até 2012.

Sistema de Monitoramento por Satélite (PRODES e DETER): Utilizado para fiscalização e aplicação de multas.

Criação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas: Medidas que ajudam a proteger grandes áreas de vegetação nativa.

No entanto, a efetividade dessas políticas depende da vontade política, da des-

tinuação de recursos e do fortalecimento de instituições como o IBAMA e o ICMBio.

É necessário destacar que, embora existam políticas públicas com resultados positivos, como o PPCDAm, a sua descontinuidade ao longo dos anos compromete os avanços conquistados. Pacheco (2021) ressalta que “as oscilações no compromisso governamental com a agenda ambiental têm provocado ciclos de aumento e redução do desmatamento, evidenciando a dependência das políticas à vontade política do momento”. Portanto, a sustentabilidade dessas ações requer estabilidade institucional e investimentos contínuos.

Outro ponto crítico é a subnotificação ou ocultação de dados sobre o desmatamento. Organizações como o INPE vêm sendo alvo de ataques políticos, o que compromete a transparência das informações. Como lembra o próprio Instituto (INPE, 2023), “a ciência e o monitoramento ambiental devem ser protegidos como instrumentos essenciais para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências”.

PROPOSTAS SUSTENTÁVEIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para combater o desmatamento, é necessário ir além da repressão e investir em alternativas sustentáveis, como:

Agroecologia e reflorestamento: Promover o uso racional da terra e a recuperação de áreas degradadas.

Pagamentos por serviços ambientais (PSA): Remunerar produtores rurais que preservam suas áreas.

Educação ambiental e conscientização: Formar cidadãos mais engajados na defesa do meio ambiente.

Participação comunitária: Envolver populações locais na gestão dos recursos naturais.

A sociedade civil também tem papel crucial na cobrança de políticas públicas e na fiscalização das ações governamentais. Movimentos sociais, ONGs e coletivos ambientais atuam como agentes de resistência e transformação.

Além das propostas já apresentadas, é essencial valorizar os conhecimentos tradicionais das populações originárias e locais. Essas comunidades mantêm práticas sustentáveis de manejo da terra há gerações e são aliadas fundamentais na preservação dos biomas. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) ressalta a importância do protagonismo comunitário nas estratégias de conservação (MMA, 2023). A combinação de saberes populares com tecnologias modernas pode gerar soluções inovadoras e mais eficazes. Como destaca Pacheco (2021), “a proteção ambiental só será bem-sucedida se incluir os sujeitos históricos que habitam e conhecem profundamente os territórios”.

Considerações Finais

O desmatamento é um problema ambiental de proporções globais, cujas raízes estão ligadas ao modelo econômico dominante e à exploração desenfreada dos recursos naturais. No Brasil, essa realidade é particularmente alarmante devido à extensão e importância dos biomas afetados, em especial a Amazônia, cuja destruição compromete não apenas o equilíbrio ecológico, mas também os direitos humanos de povos tradicionais e o cumprimento dos compromissos internacionais de sustentabilidade.

A análise demonstrou que o desmatamento resulta de múltiplos fatores — econômicos, sociais, políticos e culturais —, sendo intensificado pela ausência de políticas públicas eficazes, pela fragilidade na fiscalização e por interesses privados que priorizam o lucro imediato em detrimento do bem coletivo.

Apesar dos desafios, é possível vislumbrar caminhos para reverter esse cenário. A articulação entre políticas públicas robustas, o fortalecimento dos órgãos ambientais, a valorização das populações tradicionais, o incentivo a práticas agroecológicas e a ampliação da educação ambiental são estratégias fundamentais para a promoção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

É imprescindível que o combate ao desmatamento não seja tratado apenas como uma questão técnica ou ambiental, mas como um imperativo ético e civilizatório, que envolve escolhas políticas e sociais que definirão o futuro das próximas gerações.

Diante desse cenário, é fundamental repensar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, historicamente pautado na exploração intensiva dos recursos naturais. Silva e Lima (2020) argumentam que “a lógica do progresso vinculada à degradação ambiental é insustentável no longo prazo e exige uma mudança de paradigma”. A transição para uma economia de baixo carbono e o fortalecimento da bioeconomia são caminhos promissores.

Finalmente, o desmatamento deve ser compreendido como reflexo de escolhas sociais que privilegiam certos interesses econômicos em detrimento dos direitos coletivos. Como afirma Pacheco (2021), “a luta contra o desmatamento é, em essência, uma luta

por justiça socioambiental”. Assim, preservar as florestas brasileiras não é apenas proteger a biodiversidade, mas também garantir o direito à vida, à cultura e ao futuro para milhões de pessoas.

Portanto, o enfrentamento do desmatamento no Brasil requer uma abordagem multidimensional, que articule aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais. A mudança necessária não virá apenas da legislação ou da repressão, mas da construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento. É fundamental fortalecer a governança ambiental, ampliar o acesso à informação e incentivar a cidadania ecológica.

O futuro da floresta — e do planeta — depende da nossa capacidade de repensar a relação entre sociedade e natureza. Como afirmam Silva e Lima (2020), “somente com justiça ambiental e equidade social será possível garantir um ambiente saudável para as próximas gerações”.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

INPE. Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2023. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MAPBIOMAS. Relatório Anual de Desmatamento 2023. Disponível em: <https://plataforma.mapbiomas.org>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPC-DAm). Brasília: MMA, 2023.

PACHECO, Paulo. Políticas públicas e desmatamento na Amazônia: um estudo crítico. Revista Brasileira de Estudos Ambientais, v. 18, n. 2, p. 34-49, 2021.

SILVA, Maria Clara da; LIMA, Roberto José. Desmatamento no Brasil: causas, impactos e estratégias de enfrentamento. São Paulo: Contexto Ambiental, 2020.